



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

APLICAÇÃO E IMPACTOS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS GRANDES INDÚSTRIAS BRASILEIRAS

Luiz Henrique Vieira da Silva - Doutorando em Ambiente e Sociedade pela Unicamp. Mestre em Sustentabilidade pela PUC-Campinas. Foi bolsista CAPES. vieiraluiz77@gmail.com

Samuel Carvalho De Benedicto – Docente do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade da PUC-Campinas. samuel.benedicto@puc-campinas.edu.br

Cibele Roberta Sugahara - Docente do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade da PUC-Campinas. cibelesu@puc-campinas.edu.br

Josias Jacintho Bittencourt - Pós-Doutor em Direito na Universidade de Coimbra, com patrocínio da CAPES. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor Visitante da Universidade de Coimbra. josias.bittencourt@gmail.com

Diego de Melo Conti - Docente do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade da PUC-Campinas. diego.conti@puc-campinas.edu.br

RESUMO

Este estudo tem como objetivo verificar se as grandes empresas privadas do setor industrial atuantes no Brasil atendem aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU na Agenda 2030, a fim de disponibilizar um retorno à sociedade sobre a atuação empresarial na pauta do desenvolvimento sustentável. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com finalidade exploratória e descritiva, e procedimento documental. A análise de conteúdo foi eleita como técnica de investigação dos dados coletados. Os resultados apontam que há um cumprimento parcial dos ODS pelas 20 maiores empresas privadas do setor industrial que publicaram recentemente relatórios de sustentabilidade. O estudo conclui que o relatório é uma parte importante da sustentabilidade nas corporações, mas apresentá-lo anualmente não transforma a empresa em uma organização sustentável. Portanto, sugerem-se questionamentos que podem aproximar as ações das empresas às dimensões propostas na Agenda 2030. Também, recomenda-se a padronização dos ODS como caminhos para a implementação de atitudes sustentáveis nas empresas e, por conseguinte, para a construção de relatórios de sustentabilidade cada vez melhores. Isso pode favorecer análises comparativas entre organizações semelhantes e a efetivação de práticas responsáveis capazes de responder aos desafios do Século XXI.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Sustentável; Agenda 2030; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Indústria; Brasil.

1. INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas induzidas pela ação antrópica, a utilização desproporcional e, por vezes, irracional, dos recursos naturais não renováveis e os graves problemas socioeconômicos advindos dessa concepção utilitarista do planeta são característicos da nova era geológica conhecida como Antropoceno.

Esta concepção tem impelido a administração pública, Organizações da Sociedade Civil e a iniciativa privada a repensarem drasticamente sua atuação, tendo em vista que, “atualmente, não há mais dúvidas de que a composição da atmosfera está mudando devido às emissões de gases e aerossóis causadas pelas atividades antrópicas” (Artaxo, 2014, p. 17), acarretando severos desdobramentos socioeconômicos no mundo todo. E, com a pandemia da COVID-19,



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

enfrentada por todos os povos entre os anos de 2019 e 2020, o referido descompasso socioambiental revelou-se ainda mais explícito.

Ao focar o período compreendido entre o início do Século XX e os últimos anos, observa-se que a Administração de Empresas passou por diversas transformações, agregou práticas e conhecimentos de outras áreas do saber e ampliou seu horizonte de atuação de modo notável, incluindo a sustentabilidade. E, com a promulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Organização das Nações Unidas (ONU), que consistem em 17 objetivos e 169 metas que deverão ser atingidos até o ano de 2030, como parte do documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, a integração entre os governos, as organizações não governamentais, as empresas e a sociedade civil, adquiriu papel crucial para o êxito de todos os pontos que foram propostos.

Segue-se, então, uma série de políticas a serem realizadas a fim de atenuar os riscos à vida e ao planeta decorrentes de práticas nocivas e que agridam irreversivelmente o ecossistema, bem como para a adoção de fontes de energia limpas e renováveis, a preservação dos recursos naturais e, sobremaneira, a mitigação das causas e consequências das mudanças climáticas. De fato, o desenvolvimento sustentável tornou-se o “conceito central da atual geração” (Sachs, 2015, p. 1), e, em 2020, o mundo entrou na chamada “Década da Ação”, no intuito de intensificar as ações baseadas nos ODS para que sejam cumpridos no prazo determinado.

As organizações estão cada vez mais cientes de que suas atividades acarretam impactos significativos ao meio ambiente, ao bem-estar das sociedades e à manutenção das condições necessárias para a prosperidade humana e a geração de oportunidades para as futuras gerações. Ainda que as adaptações no seio das corporações não tenham contestado efetivamente a essência do capitalismo, ficou evidente que o modelo de crescimento baseado na relação de dominação da natureza pela tecnologia, sendo a primeira um mero penduricalho, ou apêndice nas relações econômicas (Cavalcanti, 2010), passou a ceder espaço para negócios cada vez mais generosos e regenerativos (Raworth, 2019).

Muitas empresas têm investido em genuína cultura sustentável e socialmente responsável, impulsionadas pelo real comprometimento com as pautas sociais e ambientais, além da publicidade estritamente superficial (Abramovay, 2012). Entretanto, a aplicabilidade dos ODS nesse contexto ainda carece de avaliações acadêmicas (Rosati & Faria, 2019).

Tendo em vista a conjuntura apresentada, surge a seguinte questão: as práticas de sustentabilidade das grandes empresas brasileiras do setor industrial atendem aos ODS?

O objetivo do estudo é verificar se as grandes empresas privadas do setor industrial atuantes no Brasil atendem aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU na Agenda 2030, a fim de disponibilizar um retorno à sociedade sobre a atuação empresarial na pauta do desenvolvimento sustentável.

O trabalho justifica-se devido à crescente importância de estudos que contribuem com a análise dos impactos ambientais, sociais e econômicos da gestão empresarial. Ademais, a aplicabilidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nesse contexto ainda carece de avaliações acadêmicas (ROSATI; FARIA, 2019), embora exista um leque de indicadores disponíveis para mensurar a sustentabilidade nas organizações, como apontado por Mazon (2007) e Van Bellen (2008).

2. REFERENCIAL TEÓRICO



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

A palavra sustentabilidade, do latim *sustentare*, está atrelada à capacidade de sustentação de algo ou alguém. Autores como Boff (2012), Sachs (2015) e Romeiro (2018) defendem que a sustentabilidade é uma realidade há séculos, por meio de exemplos históricos. Contudo, para situar-se temporalmente acerca das discussões formais sobre o desenvolvimento sustentável, toma-se como ponto de partida simbólico eventos como a publicação da obra “*Silent Spring*” (Primavera Silenciosa), de Rachel Carson (1968), que, ao expor os perigos do inseticida DDT, foi o estopim para o início do ambientalismo (McNeill, 2000).

Do mesmo modo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que aconteceu em Estocolmo, no ano de 1972, sob o impacto provocado pela obra supramencionada e pelo relatório encomendado pelo *think tank* Clube de Roma, “*The Limits to Growth*” (Os Limites do Crescimento), escandalizou economistas ortodoxos (Georgescu-Roegen, 2012), mas ganhou repercussão mundial mas ganhou repercussão mundial graças às advertências nele contidos, que apontaram que os padrões de crescimento adotados pelos países ricos, se estendidos a todos os povos, pela primeira vez na história poderiam comprometer a sobrevivência das futuras gerações (Meadows et al., 1972).

Por conseguinte, a Conferência de Estocolmo transformou-se, ainda que involuntariamente, em um “fórum de debates entre diferentes posições dos países do Norte e do Sul” (Dias, 2019, p. 21), sendo rechaçada por países periféricos que gozavam de plena ascensão do PIB, como o Brasil, que vivia o “milagre” (Romeiro, 2012). Apesar do embate, foi explicitada uma emergente preocupação com a depleção do meio ambiente e com a redistribuição de renda no planeta, como forma de desenvolvimento econômico dos países do Sul global (Dias, 2019).

A partir de então, tornou-se evidente que o impacto causado pela atividade capitalista sobre o planeta estava sendo decisivo – ou, em outras palavras – devastador. Dessa forma, “a partir das duas últimas décadas do século XX, a questão ambiental assumiu a condição de problema mundial, não apenas mobilizando Organizações da Sociedade Civil e setores da mídia, mas governos de todas as regiões do planeta” (Ferreira, 2010, p. 10).

Nesse contexto, à medida que relatórios e encontros internacionais passaram a discutir os limites dos ecossistemas e as relações sociais intrínsecas à exploração dos recursos naturais, pautas como a distribuição de riquezas entre os povos e, também, entre as diferentes classes sociais foram incorporadas. Assim, o ecodesenvolvimento vigorou como alternativa (Romeiro, 2012, p. 70). Poucos anos mais tarde, foi substituído pelo desenvolvimento sustentável. Veiga (2010, p. 190) relembra que “a expressão foi publicamente empregada pela primeira vez em agosto de 1979, no Simpósio das Nações Unidas sobre as Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento, realizado em Estocolmo”, ainda que tenha ganhado força apenas com a publicação do Relatório “Nosso Futuro Comum”, ou “Relatório Brundtland”, em 1987, que expandiu o conceito para outras dimensões, além da ambiental, em uma época marcada pelo neoliberalismo (Nascimento, 2012), que “dominou a cena até o final dos anos 1990” (Sachs, 2008, p. 29).

Com isso, o desenvolvimento sustentável deixou de ser exclusividade tecnicista daqueles que o discutiam e passou a ser popularizado (Romeiro, 2012), como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 43).

Em concordância, Veiga (2015, p. 197) adverte que essa definição “se não dirimiu, pelo menos minimizou a confusão que reinava até ali”, pois “forneceu uma baliza internacional, sem dúvida, mais precisa que as tentativas precursoras”. Machado & Matos (2020, p. 22)



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

complementam que o conceito de desenvolvimento sustentável extrapolou as crises ambientais, “adentrando no contexto das mais recentes crises sociais e econômicas, como a pobreza, problemas de saúde pública e o alargamento das distâncias entre economias industrializadas e economias emergentes”.

Tornando à contextualização histórica em nível mundial, foi nos anos 1990 que “os problemas em torno do ambiente passaram a constituir uma verdadeira ‘questão ambiental’, na medida em que ganharam maior dimensão, complexificaram-se e adquiriram uma institucionalidade global” (Almeida & Premevida, 2014, p. 24): em 1992, uma grande conferência reuniu líderes de todo o mundo para debater o tema, desta vez, no Rio de Janeiro: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Sua repercussão foi tão grande que este evento foi replicado duas vezes: em Johannesburgo, em 2002; e de volta ao Rio de Janeiro, em 2012. Nestas reuniões, discutiram-se ações de implementação da Agenda 21 e, também, foram avaliados os primeiros resultados.

Outra reunião de países, realizada em 2000, resultou no documento “Declaração do Milênio”. Nele, foram definidos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e 21 metas. O prazo estabelecido para o cumprimento dos objetivos estendeu-se até 2015.

Para o caso brasileiro, os ODM representaram avanços consideráveis (Roma, 2019, p. 33). E, em escala mundial, conforme atestado pelo *The Millennium Development Goals Report*, os resultados obtidos também foram bastante satisfatórios: comparando os anos de 1990 e 2015, houve uma redução da extrema pobreza mundial de 50% para 14%; da subnutrição, que caiu de aproximadamente 23% para 13%; e da taxa de mortalidade infantil, que passou de 90 mortes por 1000 nascimentos para 43 mortes por 1000 nascimentos (ONU, 2015).

Conquanto, desafios como a pobreza, as desigualdades e a mortalidade infantil (Brault et al., 2020) persistiram. Em vista disso, seguindo mandato emanado da Conferência Rio+20 em 2012, iniciou-se em 2013 uma série de negociações para debater uma nova forma de promover o desenvolvimento sustentável envolvendo governos, empresas e a sociedade civil.

Portanto, em agosto de 2015, foram concluídas as negociações que culminaram, em setembro, no documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, e na adoção dos ODS, também conhecidos como Objetivos Globais, como parte desse novo “plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade” (Nações Unidas Brasil, 2015, s. p.). Os ODS, núcleo da Agenda 2030, sucederam e atualizaram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Esse conjunto de ações e políticas universais e transformadoras de longo alcance recebeu a missão de orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional durante os quinze anos subsequentes ao dia 1º de janeiro de 2016, portanto, até 31 de dezembro de 2030 (Nações Unidas Brasil, 2015).

Sendo assim, governos, Organizações da Sociedade Civil e empresas estabeleceram prioridades para combater condutas danosas ao planeta e passaram a destinar atenção e recursos aos modelos para a redução de impactos negativos no ecossistema, tendo as pessoas como centro de suas atividades.

A princípio, ressalta-se que os ODS não devem ser entendidos como peças separadas, ou como caixinhas, mas sim, como ferramentas complementares, integradas e sistematizadas, voltadas para a abordagem de problemas complexos, que demandam várias perspectivas. Cada objetivo funciona como algo amplo e estratégico, que indica o que se pretende alcançar. E, para que isso seja possível, há 169 metas a eles atrelados.

Outrossim, da mesma forma que a literatura estipula dimensões para sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável (Froehlich, 2014), a Agenda 2030 pautou-se em cinco áreas de



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

importância crucial, nas quais orbitam os ODS: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (Nações Unidas Brasil, 2015), sendo esses eixos inspirados nos tradicionais pilares ambiental, social e econômico.

Sabe-se que este instrumento é imprescindível para fomentar e difundir boas práticas mundo afora, permitindo que todos os povos tenham em mãos uma ferramenta capaz de auxiliar políticas públicas, a atuação de organizações privadas, não governamentais e a sociedade civil, pois oferece a oportunidade de realizar um *framework* de estratégias que estão sendo implementadas e, a partir disso, permite novas abordagens ou a manutenção de práticas que estão rumando no caminho certo.

Sendo assim, apesar de a responsabilidade pelo cumprimento dos Objetivos Globais, sabidamente, recair sobre os Estados-membros, muitas das temáticas contidas neles envolvem desafios locais, necessitando uma governança multinível, que envolva a administração pública em nível subnacional, empresas, Organizações da Sociedade Civil, Academia, fundações e institutos, movimentos sociais e os indivíduos sem organização formal, como voluntários, por exemplo. Com isso, advém a necessidade de se aplicar essa agenda global não somente em políticas públicas encabeçadas pelos entes governamentais, como também em ações empresariais e da sociedade civil.

2.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas empresas

A sustentabilidade nas organizações antecede a promulgação da Agenda 2030 e os ODS. De fato, Moraes et al. (2017) afirmam que a responsabilidade social nas organizações pode ser dividida em três fases: a primeira, de 1900 a 1960, marcada pela preocupação com a ética pessoal no meio empresarial; a segunda, compreendida entre 1960 e 1980, quando as empresas passaram a ser questionadas pela sociedade acerca de suas atividades e das obrigações que deveriam carregar, indo além da mera maximização dos lucros; e, finalmente, a terceira, a partir de 1980, marcada pelas discussões mundiais a respeito do desenvolvimento sustentável, que aprimoraram a função das empresas perante o planeta, de maneira a abranger questões ambientais, sociais e educacionais, em adição às econômicas, que já eram tratadas.

A respeito das duas primeiras fases, destaca-se que a Responsabilidade Social Corporativa foi definida pela primeira vez na obra de Bowen (1953) como a obrigação dos empresários de perseguir as políticas normativas, tomar decisões ou seguir as linhas de ação desejáveis em termos dos objetivos e valores da sociedade. Compartilhando dessa visão, poucos anos mais tarde Davis (1960) argumentou que a responsabilidade social das organizações está ligada a decisões e ações de empresários que excedem, ao menos parcialmente, os interesses econômicos ou tecnológicos diretos de seus respectivos negócios, ou seja, a atuação empresarial deveria extrapolar seus muros.

A Agenda 2030 reconhece que a atividade empresarial privada, o investimento e a inovação são os principais elementos impulsionadores da produtividade, do desenvolvimento econômico inclusivo e da criação de empregos. Destarte, as empresas são fundamentais para o desenvolvimento sustentável não somente para seu financiamento, mas também por garantirem a capilaridade das ações, dada a forte predisposição do setor privado de estabelecer uma interlocução com colaboradores e com a comunidade (Nações Unidas Brasil, 2015).

Roma (2019, p. 39) endossa essa afirmação ao defender que o atingimento dos objetivos e metas da Agenda 2030 “requer um esforço coordenado não apenas ao nível das esferas governamentais, mas também da iniciativa privada, das ONGs e de toda a sociedade brasileira”,



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

de maneira a permitir que o potencial dessa agenda global de induzir o desenvolvimento sustentável se concretize e provenha os benefícios almejados para a sociedade.

Em conformidade, Sachs (2015, p. 3), ressalta a imprescindibilidade de uma “boa governança”, da parte de Estados e grandes empresas, para garantir o cumprimento dos objetivos e metas no prazo estimado. A respeito das firmas, o autor pontua que essa estratégia perpassa a observação das leis e regulamentos, o respeito ao meio ambiente e o auxílio às comunidades aos seus entornos, especialmente no que se refere à erradicação da extrema pobreza.

3. METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, visto que buscou compreender “a lógica de processos e estruturas sociais, a partir de análises em profundidade de um ou poucos casos particulares” (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP, 2016, p. 8).

Chizzotti (2005, p. 89) explica que a finalidade essencial da pesquisa qualitativa “é intervir em uma situação insatisfatória, mudar condições percebidas como transformáveis”, o que condiz com os objetivos deste trabalho. Em complemento, Gil (2019) afirma que a pesquisa qualitativa busca a explicação sistemática de fatos que ocorrem no contexto social que, geralmente, se encontra relacionado a uma multiplicidade de variáveis. É apropriada quando se busca estudar as crenças, os valores, as atitudes, as relações e práticas sociais, as estratégias, os modelos de gestão e as mudanças ocorridas no contexto organizacional, social, político e econômico.

Além disso, a pesquisa classifica-se como exploratória, caracterizada por Gil (2008, p. 27) como aquela que “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Essa etapa permitiu identificar a contribuição das empresas analisadas nas dimensões do desenvolvimento sustentável estipuladas pela Agenda 2030: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias.

Trata-se, também, de uma pesquisa descritiva, pois buscou-se a “descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2019, p. 28). Nesse caso, foi realizada uma descrição sobre como as 20 maiores empresas do setor industrial cumpriram os ODS a partir das ações reveladas nos relatórios de sustentabilidade.

3.2 Procedimentos da pesquisa

Como procedimentos da pesquisa, destaca-se, inicialmente, o caráter documental do estudo, pois “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (Gil, 2019, p. 51).

A escolha das variáveis foi baseada em uma amostragem de caráter não-probabilístico do tipo intencional, conforme orientação de Oliveira (2001), pelo fato de terem sido escolhidas de maneira a privilegiar todas as regiões do Brasil com ao menos uma empresa para cada região, tornando a pesquisa abrangente do ponto de vista da distribuição geográfica dos objetos de estudo, e de acordo com o acesso do pesquisador aos relatórios das empresas mais bem colocadas no *ranking* “Valor1000”, do jornal Valor Econômico, que, com base em receita líquida anual, publicou as mil maiores empresas do Brasil em 2018.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

O setor industrial foi escolhido devido ao seu notório impacto ambiental, corroborado pelo Anexo VIII da Lei nº 10.165/2000, que alterou a Política Nacional do Meio Ambiente (Brasil, 2000), e à oportunidade de verificar se as grandes empresas desse nicho de atuação estão implementando políticas voltadas à mitigação de seus impactos nos ecossistemas, ao passo que põem em prática ações de responsabilidade socioeconômica.

Neste estudo, a análise de conteúdo foi eleita como técnica de análise dos dados coletados. Sua importância para os estudos organizacionais é cada vez maior e tem evoluído em virtude da preocupação com o rigor científico e a profundidade das pesquisas (Mozzato & Grzybovski, 2011). Sendo assim, o percurso seguiu as fases preconizadas por Bardin (2009, p. 121): (i) pré-análise; (ii) exploração do material, e; (iii) tratamento dos resultados, que envolveu a inferência e a interpretação. Posteriormente, os resultados foram compilados, permitindo uma confrontação com o referencial teórico, de maneira a gerar contribuições para o debate sobre sustentabilidade organizacional.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Seleção das empresas e panorama dos relatórios de sustentabilidade

Configurando a primeira etapa da análise de conteúdo (pré-análise), inicialmente foram escolhidas as 40 maiores empresas do Brasil, com base no faturamento anual no exercício de 2018. Entretanto, após os filtros necessários, o número de empresas decresceu para 25. No Quadro, há um panorama dos relatórios de sustentabilidade dessas empresas, em que constam: o ano de publicação do documento, o número de páginas e as principais particularidades de cada um.

Quadro 1 – Panorama dos relatórios de sustentabilidade das 25 empresas selecionadas

Posição	Empresa	Sede	Ano do Relatório	Páginas	Particularidades
2 ^a	JBS	SP	2018	180	Modelo GRI
3 ^a	Vale	RJ	2018	104	Modelo GRI
4 ^a	Raízen	SP	2018/2019	110	Modelo GRI
5 ^a	Ultrapar	SP	Não há	-	-
6 ^a	Cosan	SP	2018	51	Modelo GRI
7 ^a	Braskem	BA	2018	109	Modelo GRI
9 ^a	Cervejaria Ambev	SP	2018	84	Modelo GRI
11 ^a	Gerdau	SP	Não há	-	-
12 ^a	Cargill	SP	Não há	-	Informações no site
13 ^a	ADM	ES	2018	44	Somente em Inglês / GRI
15 ^a	Bunge	SC	2018	53	Modelo GRI
17 ^a	ArcelorMittal Brasil	MG	Não há	-	Informações no site
18 ^a	BRF	SP	2018	126	Modelo GRI
19 ^a	Marfrig	SP	2018	47	Modelo GRI
20 ^a	Copersucar	SP	2016/2018	46	Modelo GRI
21 ^a	Shell Brasil	RJ	2017	71	Somente em Inglês
23 ^a	FCA Automóveis	MG	2018	148	Somente em Inglês / GRI
24 ^a	Enel Brasil	RJ	2018	81	Modelo GRI
29 ^a	Samsung	AM	2019	144	Somente em Inglês / GRI
30 ^a	CSN	SP	2016/2017	142	Modelo GRI
32 ^a	Louis Dreyfus Company	SP	2018	33	Somente em Inglês
34 ^a	Volkswagen	SP	Não há	-	-
35 ^a	Embraer	SP	2018	43	Modelo GRI
36 ^a	Fibria	SP	Não há	-	Informações no site
40 ^a	Amaggi	MT	2018	140	Modelo GRI

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

Como evidenciado no referencial teórico, em meio às múltiplas pressões decorrentes do aumento da percepção social acerca da necessidade de ações sustentáveis e, também, da desconfiança em relação a propagandas e à prática do *greenwashing*, organizações têm apostado cada vez mais na publicação de relatórios de sustentabilidade, definido como um documento anual produzido voluntariamente pela empresa após um esforço de “auditoria interna” para se apresentar perante *stakeholders*, mapear seu grau de sustentabilidade e seus impactos na sociedade e no planeta. Essa auditoria busca entender a gestão da ação e avaliá-la, conforme critérios ambientais, sociais, econômicos e, inclusive, de governança.

Portanto, há um considerável rol de organizações desenvolvendo relatórios de sustentabilidade. Nesse contexto, destaca-se o surgimento da *Global Reporting Initiative (GRI)*, criada em 1997 pela ONG norte-americana *Coalition for Environmentally Responsible Economics (CERES)*. Suas diretrizes para composição do relatório de sustentabilidade podem ser utilizadas por toda e qualquer organização, independentemente de seu setor na economia.

Todas as empresas, desta pesquisa, que apresentaram relatórios de sustentabilidade adotaram o modelo *GRI*. Entretanto, a fim de garantir que o comparativo fosse baseado exclusivamente em relatórios de sustentabilidade, as empresas que não apresentaram o documento com pelo menos três anos de antecedência não foram contempladas na pesquisa.

4.2 Panorama das empresas com área de atuação e locais onde estão presentes

A segunda etapa da análise de conteúdo (exploração do material) foi iniciada nesta seção. No Quadro 2, há uma sucinta descrição de cada empresa selecionada, bem como a enumeração dos ODS mencionados em seus relatórios.

Quadro 2 – Descrição das 20 maiores empresas do setor industrial no Brasil que publicaram relatórios de sustentabilidade nos últimos três anos

	Empresa	Descrição	ODS mencionados
1	JBS	A JBS é uma das maiores indústrias de alimentos do mundo. A companhia opera no processamento de carnes bovina, suína, ovina e de frango e no processamento de couros.	1, 2, 3, 6, 8, 12, 13 e 15
2	Vale	A Vale é uma mineradora multinacional brasileira e uma das maiores operadoras de logística do país. É uma das maiores empresas de mineração do mundo e, também, a maior produtora de minério de ferro, de pelotas e de níquel.	Não há
3	Raízen	Destaca-se que a Raízen, empresa atuante nos ramos de produção de açúcar e etanol, distribuição de combustíveis e geração de energia, é uma subsidiária da Cosan (a composição acionária está dividida em 50% para a Cosan e 50% para a Royal Dutch Shell). Seu relatório foi publicado para o biênio 2018-2019, tendo como um de seus principais temas a opção da empresa pela edificação de uma economia de baixo carbono.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16
4	Cosan	O Grupo Cosan é formado por cinco empresas subsidiárias, a saber: Raízen Combustíveis e Raízen Energia, Comgás, Moove e Rumo. Sendo assim, a Cosan é uma holding, ou seja, a “empresa-mãe” de uma sociedade criada com o objetivo de administrar um grupo que contém vários empreendimentos.	3, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14 e 15
5	Braskem	A Braskem é uma indústria petroquímica transnacional que atua em diversos segmentos, como embalagens alimentícias, construção civil, industrial, varejo, automotivo, agronegócio, saúde e higiene, dentre outros.	Todos
6	Cervejaria Ambev	A produção da Cervejaria Ambev concentra-se em cervejas, refrigerantes, energéticos, sucos, chás e água.	
7	ADM	A Archer Daniels Midland (ADM) é um conglomerado de empresas que atua no setor de produção e transformação de grãos de cereais e plantas oleaginosas.	2, 6, 8, 13 e 15



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

8	Bunge	A Bunge é uma empresa multinacional de agronegócio e alimentos, com origem nos Países Baixos e robusta atuação no Brasil, onde é a principal empresa do ramo agroalimentar e a maior exportadora do país.	6, 8, 9, 12, 13, 15 e 16
9	BRF	A BRF é uma empresa multinacional brasileira do ramo alimentício, fruto da fusão entre Sadia e Perdigão, duas das principais empresas de alimentos do Brasil.	1, 2, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 16 e 17
10	Marfrig	A Marfrig Global Foods é uma das maiores companhias de alimentos à base de proteína animal do mundo. Sua atuação concentra-se na produção de carne bovina.	2, 3, 6, 8, 12, 15 e 16
11	Copersucar	A Copersucar é a maior cooperativa brasileira de açúcar e etanol e um dos maiores exportadores globais de ambos os produtos, atuando em São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Suas atividades também se destinam à logística.	2, 3, 4, 8, 10, 12, 13
12	Shell Brasil	A Royal Dutch Shell, ou simplesmente Shell, é uma empresa multinacional petrolífera anglo-holandesa, que tem como principais atividades a refinação de petróleo e a extração de gás natural.	7, 8, 9, 12, 13 e 17
13	FCA Automóveis	A Fiat Chrysler Automobiles é um conglomerado industrial italo-americano que junta as marcas Fiat, Chrysler e Jeep, figurando, assim, entre os fundadores da indústria automobilística europeia. No Brasil, suas operações estão concentradas em Betim, município da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e em Goiana, no estado de Pernambuco.	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12 e 13
14	Enel Brasil	A Enel Brasil, fundada em 2005, é uma empresa brasileira do ramo de energia elétrica controlada pelo grupo italiano Enel. No país, atua no Ceará, em Goiás, no Rio de Janeiro e em São Paulo.	Todos
15	Samsung	Samsung Electronics Company Limited, ou simplesmente Samsung, é uma corporação transnacional sul-coreana que atua em diversos ramos da área de tecnologia da informação, com destaque para a fabricação de produtos de som, imagem, armazenamento e transmissão de dados, dentre outros.	1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16 e 17
16	CSN	A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) é a maior indústria siderúrgica do Brasil e da América Latina, e uma das maiores do mundo nesse ramo. Além disso, atua com mineração, beneficiamento, processamento e distribuição, logística, produção de cimentos e energia.	1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16
17	Louis Dreyfus Company	A Louis Dreyfus Company é uma empresa comercial global envolvida na agricultura, processamento de alimentos, remessas internacionais e finanças.	1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16 e 17
18	Volkswagen	A Volkswagen é uma fabricante alemã de veículos que pertence ao Grupo Volkswagen. Considerando o número de veículos vendidos por ano, é a o maior fabricante de automóveis do mundo.	Não há
19	Embraer	A Embraer S/A é um conglomerado transnacional brasileiro, fabricante de aviões comerciais, executivos, agrícolas e militares, peças aeroespaciais, serviços e suporte na área.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16 e 17
20	Amaggi	A Amaggi é uma das empresas líderes do agronegócio na América Latina e com atuação em 7 países. Além de trading, a companhia tem ramificação nas áreas de sementes, transporte fluvial, beneficiamento de soja, geração de energia e na área financeira.	1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16 e 17

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

4.3 Aderência das empresas à Agenda 2030

A exploração do material prosseguiu com o detalhamento de cada relatório de sustentabilidade para evidenciar as ações sustentáveis empregadas no ano (ou período) de publicação do documento, bem como seus pontos positivos e negativos, com especial atenção aos principais problemas ocasionados pela atividade dominante de cada indústria.

Procurou-se estabelecer um comparativo entre as informações apresentadas, os modelos de sustentabilidade organizacional de cada empresa e o referencial teórico, analisando as informações contidas nos relatórios à luz da literatura que trata do assunto, e acrescentando



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

novas referências quando necessário, a fim de complementar as análises e sustentá-las mediante uma bibliografia atualizada.

A fim de induzir uma análise comparativa entre as empresas selecionadas, todos os relatórios de sustentabilidade foram submetidos às cinco dimensões da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias. Contudo, ressalta-se que os ODS são transversais e muitos envolvem mais de uma categoria. Para solucionar esse problema, a dimensão preponderante foi escolhida para definir qual das cinco definiria a classificação de cada Objetivo Global, conforme disposto no Quadro 3, que explica, também, os critérios utilizados para esse agrupamento.

Quadro 3 – Agrupamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas dimensões da Agenda 2030

Dimensão	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável selecionados					Critério de seleção
Pessoas						Objetivos e metas majoritariamente ligados ao social
Planeta						Objetivos e metas majoritariamente ligados ao ambiental
Prosperidade						Objetivos e metas majoritariamente ligados ao econômico
Paz						Objetivos e metas majoritariamente ligados ao institucional
Parcerias						Objetivos e metas majoritariamente ligados às parcerias

Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebe-se que muitos conteúdos são repetidos nos relatórios estudados, demonstrando um alinhamento das ações sustentáveis nas grandes empresas do setor industrial, com pequenas nuances de acordo com o subsetor ao qual pertencem.

Para a dimensão Pessoas, reiteram-se duas frentes de trabalho: a primeira, que congrega as ações empresariais para promoção da saúde, do bem-estar, da igualdade de oportunidades e da formação dos colaboradores; e a proximidade da maioria das empresas selecionadas às comunidades em que estão inseridas, por meio do fomento de projetos sociais destinados ao incremento do desenvolvimento humano.

A dimensão Planeta observa recorrentes políticas empresariais no sentido da mitigação das mudanças climáticas, tratamento e destinação correta de resíduos, proteção da biodiversidade, eficiência energética e gestão de recursos hídricos e efluentes. Contudo, o decréscimo da produção e a substituição gradual de matérias-primas que impactem negativamente o meio ambiente para sua extração não foram mencionados. Reitera-se que, apesar de parecer uma contradição para o capitalismo, a transição para a sustentabilidade figura como a garantia da perenidade dos negócios.

Na dimensão Prosperidade, o fomento à inovação e à ecoeficiência, bem como parcerias com *startups*, inclusive por meio de aceleradoras, ações de promoção do desenvolvimento local e Investimento Social Privado foram encontradas na maior parte das empresas. Entretanto,



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

alternativas sustentáveis para a manutenção da produção, como a geração de empregos verdes, foram identificadas em apenas uma parte minoritária das organizações selecionadas. Diminuir a velocidade de um carro que é guiado em direção a um precipício pode adiar a tragédia, mas não impedi-la. Dessa forma, o referido eixo deve ser reorientado para mitigar, ou até negatizar, sua pressão aos ecossistemas, ao passo que incrementa o bem-estar social.

Em relação à dimensão Paz, os esforços concentram-se em políticas de *compliance*, de maneira a combater atividades ilícitas, corrupção, inconformidades em relação à legislação ambiental e trabalho escravo ou análogo à escravidão. A vinculação de empresas a acordos globais em favor dos direitos humanos e de boas condutas em negócios também foi observada na maior parte das empresas.

Finalmente, para a dimensão Parcerias, foram verificadas variadas formas de atuação *multistakeholders* e multiatores, englobando desde ações comunitárias envolvendo Poder Público, setor privado e Organizações da Sociedade Civil, até a Educação Ambiental e o voluntariado. Ainda, algumas empresas mantêm institutos, fundações e/ou programas específicos para atuarem em parceria com outras organizações e com o Estado, de maneira a promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades ao redor delas, em confluência com as dimensões supracitadas.

Em seguida, verificou-se, por meio de seus reportes, o grau de aderência delas à Agenda 2030, por meio de uma escala de três níveis: “baixo”, quando a Agenda 2030 foi citada apenas nominalmente ou como complemento, sem nenhum tipo de detalhamento (vermelho); “médio”, no caso de empresas que explicaram a Agenda 2030 e pincelaram os ODS em mais de um ponto do documento (amarelo); e “alto”, para os relatórios de sustentabilidade que, em sua maioria, basearam-se nessa agenda e nos ODS (verde). Isso independe, portanto, da quantidade de menções aos Objetivos Globais, configurando uma análise estritamente qualitativa. Os dados obtidos foram compilados no Quadro 4.

Quadro 4 – Aderência dos relatórios das empresas selecionadas aos ODS

Empresa	Menção à Agenda 2030	Grau de aderência à Agenda 2030
JBS	Sim	Baixo
Vale	Sim	Médio
Raízen	Sim	Médio
Cosan	Sim	Médio
Braskem	Sim	Alto
Cervejaria Ambev	Não	Baixo
ADM	Sim	Médio
Bunge	Sim	Alto
BRF	Sim	Médio
Marfrig	Sim	Médio
Copersucar	Sim	Médio
Shell Brasil	Sim	Alto
FCA Automóveis	Sim	Alto
Enel Brasil	Sim	Alto
Samsung	Sim	Alto
CSN	Sim	Médio
Louis Dreyfus Company	Sim	Alto
Volkswagen	Não	Baixo
Embraer	Sim	Baixo
Amaggi	Sim	Médio

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

Considerando o total de 20 empresas, observam-se os seguintes resultados: 20% não mencionam a Agenda 2030 e os ODS, ou apenas o fazem superficialmente; 40% destacam a existência dos ODS, mas listam poucas ações nas quais eles são aplicados diretamente; e os 40% restantes declaram aderência à Agenda 2030 e aos seus objetivos e metas, destacando-os em grande parte do relatório de sustentabilidade e atribuindo a essa ferramenta o caráter de balizadora das ações empresariais, conforme preconizado pela Organização das Nações Unidas ao promulgá-la.

O caso da Cervejaria Ambev e de outras empresas que abordaram timidamente, ou sequer mencionaram os ODS, lança luz à possibilidade do cumprimento de metas sustentáveis ainda que não exista um alinhamento formal e declarado com a Agenda 2030. Para a referida organização, foram detectadas ações no sentido de fomentar a economia circular – algo fundamental para uma indústria cervejeira, que lida com uma grande quantidade de embalagens – estabelecer parcerias com *startups* para fomentar a inovação e mitigar os impactos das mudanças climáticas, sem que os respectivos ODS fossem mencionados.

Sem embargo, ao comparar o relatório desta empresa com os documentos publicados pelas outras organizações pesquisadas, torna-se evidente que a adoção dos ODS como balizadores poderia incrementar consideravelmente a qualidade do reporte de sustentabilidade, conforme defendido pela literatura e exemplificado por empresas como a Braskem, a FCA Automóveis e a Enel Brasil, que abordam e detalham os Objetivos Globais. Para esta última empresa, foi encontrada a seção “contribuição com os ODS” ao final de cada exemplo de prática sustentável. Além do melhoramento da reputação da organização perante seus *stakeholders*, a aderência de uma indústria global à Agenda 2030 reforça que todos os atores sociais têm um compromisso para com o atingimento do desenvolvimento sustentável em tempo hábil, complementando as ações nos âmbitos governamental e da sociedade civil.

4.4 Análise do referenciamento aos ODS

Chegou-se, então, ao tratamento dos resultados, terceira e última etapa da análise de conteúdo. Para explorar o referenciamento aos ODS, buscou-se quantificar suas menções pontuais nos relatórios analisados. Algumas empresas mencionaram os ODS no sumário de conteúdos da GRI, como a Vale e a Embraer. Outras optaram por mencionar os princípios do Pacto Global na referida matriz ou se limitaram às diretrizes inerentes ao relatório *GRI*, mas destacaram os ODS ao longo do documento. Os resultados foram dispostos no Quadro 5.

Quadro 5 – Menções pontuais das empresas selecionadas aos ODS

Empresa	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
JBS																	
Vale																	
Raízen																	
Cosan																	
Braskem																	
Cervejaria Ambev																	
ADM																	
Bunge																	
BRF																	
Marfrig																	
Copersucar																	
Shell Brasil																	
FCA Automóveis																	



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

$$P = \frac{3,4}{n\text{ODS}}$$

Onde:

P = Peso de cada categoria de ODS

nODS = Número de ODS por categoria

Então, para descobrir o resultado ponderado, multiplicou-se o número de ODS em cada categoria pelos seus respectivos pesos, obtidos pelo cálculo anterior.

$$R = n\text{ODS} \times P$$

Onde:

R = Resultado

nODS = Número de ODS por categoria

P = Peso de cada categoria de ODS

A partir disso, chegou-se ao Quadro 6, que apresenta o resultado da incidência de cada dimensão da sustentabilidade após a parametrização do número de ODS por categoria.

Quadro 6 – Resultado da incidência de cada dimensão da sustentabilidade após a parametrização por número de ODS

Dimensão	ODS por dimensão	Total absoluto de menções	Peso por ODS	Resultado
Pessoas	5	56	0,70	39,20
Planeta	5	79	0,70	55,30
Prosperidade	5	65	0,70	45,50
Paz	1	12	3,40	40,80
Parcerias	1	10	3,40	34,00

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos resultados da pesquisa.

Com a parametrização dos resultados absolutos observados na contagem de objetivos da Agenda 2030 contemplados pelas ações empresariais, os ODS relacionados majoritariamente à pauta ambiental continuaram liderando as menções nos relatórios analisados, seguidos daqueles atrelados à dimensão econômica. A dimensão de Parcerias obteve, absoluta e relativamente, o menor número de ações sustentáveis mencionadas nos reportes de sustentabilidade. Destaca-se, ainda, que, após o cálculo, os pilares Prosperidade e Paz ultrapassaram o conjunto que congregou os ODS voltados à dimensão social (Pessoas).

O referencial teórico ressaltou que, do ponto de vista histórico, as primeiras noções referentes à sustentabilidade, ou seja, à capacidade de sustentação, ou de garantia da perenidade, de uma civilização, obrigatoriamente calcaram-se na preservação do capital natural. Essa premissa é recorrente na Economia Ecológica, por exemplo, pois essa corrente admite a ciência econômica como um subsistema da ecologia, tendo em vista que as trocas entre famílias e empresas constituem um processo altamente impactante para a natureza, por meio da absorção de resíduos naturais de valor em estado de baixa entropia, que, após o transumo para fabricação de produtos ou ofertas de serviços no sistema econômico, são descartados sob a forma de resíduos sem valor num estado de alta entropia (Cavalcanti, 2010; Georgescu-Roegen, 2012). Dessa concepção, também são exigidos “indicadores para mensurar a sustentabilidade biofísica em um cenário de *Green New Deal* e ODS” (Melgar-Melgar & Hall, 2020, p. 10).

Os resultados da pesquisa sugerem uma legítima predileção do setor industrial para a redução de seu impacto no meio ambiente, reforçando a atuação das empresas para o cumprimento dos ODS ligados à temática ambiental. Ainda assim, a considerável participação de grandes indústrias dos setores agroindustrial, energético, químico e automobilístico na enumeração de organizações selecionadas, ou seja, de ramos marcados por significativos impactos nos ecossistemas, acende a luz de alerta para o pilar ambiental da sustentabilidade.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

Depreende-se que, no caso das empresas que produzem carne bovina, grãos e demais alimentos, faz-se cada vez mais urgente o controle de fornecedores, afinal, “se os exportadores desejarem provar que agem com responsabilidade de uma fazenda para outra, precisarão obter e compartilhar dados sobre os elos perdidos de suas cadeias” (The Economist, 2020, s. p.), observando o preconizado no ODS 15. Quanto às indústrias de automóveis, aviões e plásticos, uma reorientação para a produção responsável é latente, no sentido de diminuir a dependência por recursos naturais finitos e não renováveis, como o petróleo, atendendo o ODS 12. Aplica-se ao subsetor energético, que tem em mãos a possibilidade de desenvolver e implementar novas formas de obtenção de energia, à luz dos ODS 7 e 13.

Ademais, tendo em vista que a dimensão Prosperidade foi enfatizada na maioria dos relatórios de sustentabilidade das empresas analisadas, e, considerando a intrínseca relação entre o bom desempenho das organizações responsáveis no mercado, a própria publicação desse documento pode constituir um fator de sustentabilidade socioeconômica. Além disso, pautas como inovação, geração de empregos diretos e indiretos e o trabalho decente foram recorrentemente citadas nos documentos, explicando como o pilar econômico assumiu a segunda posição após a parametrização dos ODS.

Os eixos Pessoas, Paz e Parcerias também foram contemplados, reforçando o papel das empresas como relevantes atores sociais. No entanto, considerando o potencial econômico e estrutural das grandes indústrias brasileiras, essa atuação deve ser reforçada.

Isto posto, atendendo ao exposto no referencial teórico e baseando-se nos variados modelos que buscam estabelecer um *framework* para a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, sugerem-se alguns questionamentos, à luz das premissas ecológico-econômicas exploradas anteriormente, que podem aproximar as ações social e ambientalmente responsáveis das empresas às dimensões propostas na Agenda 2030, extrapolando a simples menção dos ODS em seus relatórios de sustentabilidade. As atitudes devem respeitar os limites do Planeta, impactar positivamente a vida das Pessoas, garantir a Prosperidade da organização, ser envolvidas pela Paz e viabilizadas pelas Parcerias.

Em vista desse conjunto linear de perguntas, pode-se indagar: caso uma empresa aposte em ações empresariais que não necessariamente sejam lucrativas, ou financeiramente sustentáveis, e isso eventualmente comprometa a perenidade de seus negócios, como ela poderia continuar desenvolvendo ações em prol de um mundo melhor, se estivesse fadada a fechar as portas?

A resposta é demasiadamente simples, mas exige uma compreensão da situação atual e do conjunto de “sintomas de insustentabilidade ambiental” (Munda, 1997, p. 213) que nos rodeia. Se a destruição da camada de ozônio, a perda da biodiversidade, a poluição tóxica no ar, em rios, lagos e solos, e a depleção dos recursos naturais não renováveis continue, a própria atividade produtiva e comercial estará automaticamente comprometida. Caso contrário, se a humanidade não estiver disposta a abraçar esse novo modelo, “talvez o destino do homem seja viver uma vida breve, mas febricitante, excitante e extravagante, em vez de uma existência longa, vegetativa e monótona. Se assim, for, que outras espécies desprovidas de ambição espiritual – as amebas, por exemplo – herdem uma Terra que se banhará ainda por muito tempo numa plenitude de luz solar!” (Georgescu-Roegen, 2012, p. 134-135).

Admitindo que, nas empresas, a sustentabilidade pode estar atrelada a vantagens competitivas, ainda que, em alguns casos, gestoras e gestores comprometam-se efetivamente com a construção de “negócios generosos e regenerativos” que apresentem um “objetivo de vida” (Raworth, 2019), ou com acordos globais pelo desenvolvimento sustentável, como a



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

Agenda 2030, a ausência de um sentido estrito para a sustentabilidade organizacional pode perverter a possibilidade de ações responsáveis do ponto de vista socioambiental, de maneira a atender interesses estranhos ao desenvolvimento sustentável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento sustentável tem conquistado corações e mentes nas últimas décadas, tendo em vista que esse paradigma oferece a possibilidade de um incremento no bem-estar humano sem a extrapolação dos limites biofísicos do planeta.

Um caminho seguro para aproximar a humanidade desse ideal percorre o atingimento dos objetivos e metas globais que integram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, promulgada pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas. Contudo, essa proposta não está restringida aos governos nacionais, pois seu êxito está ancorado em parcerias multiatores, multisetoriais e multiníveis, contemplando pequenas, médias e grandes empresas, Organizações da Sociedade Civil, instituições religiosas, fundações, institutos, associações, sindicatos, movimentos sociais, universidades e todos os indivíduos.

Sendo assim, este artigo verificou se as práticas de sustentabilidade apresentadas pelas grandes empresas do setor industrial atuantes no Brasil atendem aos ODS. Em linhas gerais, os resultados acenam positivamente para a internalização dos ODS nas práticas das empresas selecionadas para a pesquisa. Dos 20 relatórios de sustentabilidade analisados, 17 mostraram-se afeitos à Agenda 2030, elencando ações sustentáveis nominalmente relacionadas aos Objetivos Globais. Os restantes, apesar de não mencionarem a agenda global para o desenvolvimento sustentável, também destacaram práticas consideradas sustentáveis, porém, com menor intensidade e profundidade.

Para os três objetivos específicos, foram encontrados os seguintes desdobramentos:

i) assinalar a contribuição efetiva das empresas analisadas nas cinco dimensões do desenvolvimento sustentável estipuladas pela Agenda 2030, Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias, à luz dos ODS, com o intuito de elencar as práticas sustentáveis detectadas nas corporações estudadas:

Percebe-se que muitos conteúdos são repetidos nos relatórios estudados, demonstrando um alinhamento das ações sustentáveis nas grandes empresas do setor industrial, com pequenas nuances de acordo com o subsetor ao qual pertencem.

Para a dimensão Pessoas, reiteram-se duas frentes de trabalho: a primeira, que congrega as ações empresariais para promoção da saúde, do bem-estar, da igualdade de oportunidades e da formação dos colaboradores; e a proximidade da maioria das empresas selecionadas às comunidades em que estão inseridas, por meio do fomento de projetos sociais destinados ao incremento do desenvolvimento humano.

A dimensão Planeta observa recorrentes políticas empresariais no sentido da mitigação das mudanças climáticas, tratamento e destinação correta de resíduos, proteção da biodiversidade, eficiência energética e gestão de recursos hídricos e efluentes. Contudo, o decréscimo da produção e a substituição gradual de matérias-primas que impactem negativamente o meio ambiente para sua extração não foram mencionados. Reitera-se que, apesar de parecer uma contradição para o capitalismo, a transição para a sustentabilidade figura como a garantia da perenidade dos negócios.

Na dimensão Prosperidade, o fomento à inovação e à ecoeficiência, bem como parcerias com *startups*, inclusive por meio de aceleradoras, ações de promoção do desenvolvimento local e Investimento Social Privado foram encontradas na maior parte das empresas. Entretanto,



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

alternativas sustentáveis para a manutenção da produção, como a geração de empregos verdes, foram identificadas em apenas uma parte minoritária das organizações selecionadas. Diminuir a velocidade de um carro que é guiado em direção a um precipício pode adiar a tragédia, mas não impedi-la. Dessa forma, o referido eixo deve ser reorientado para mitigar, ou até negatizar, sua pressão aos ecossistemas, ao passo que incrementa o bem-estar social.

Em relação à dimensão Paz, os esforços concentram-se em políticas de *compliance*, de modo a combater atividades ilícitas, corrupção, inconformidades em relação à legislação ambiental e trabalho escravo ou análogo à escravidão. A vinculação de empresas a acordos globais em favor dos direitos humanos e de boas condutas em negócios também foi observada na maior parte das empresas.

Finalmente, para a dimensão Parcerias, foram verificadas variadas formas de atuação *multistakeholders* e multiatores, englobando desde ações comunitárias envolvendo Poder Público, setor privado e Organizações da Sociedade Civil, até a Educação Ambiental e o voluntariado. Ainda, algumas empresas mantêm institutos, fundações e/ou programas específicos para atuarem em parceria com outras organizações e com o Estado, de maneira a promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades ao redor delas, em confluência com as dimensões supracitadas.

ii) aferir de que maneira essas políticas empresariais contribuem para a mobilidade social, a redução das desigualdades, o cuidado com o meio ambiente e a criação de consciência socioambiental:

As ações enumeradas nas seções anteriores, em confluência com a literatura abordada no referencial teórico, demonstram que as empresas efetivamente têm muito a contribuir para o atingimento da justiça social e para que a produção e o consumo não extrapolem os limites biofísicos do planeta.

Todavia, este não é um apelo ao *laissez-faire*: reforça-se que, apesar das demandas socioeconômicas e socioambientais recaírem também ao setor privado, experiências anteriores já demonstraram que o mercado é incapaz de se autorregular, necessitando do Estado para que o desenvolvimento seja alcançado. Isso se faz ainda mais evidente em um país profundamente desigual como o Brasil, que necessita de políticas públicas capazes de responder a esses desafios, que, em casos pontuais, podem contar com o auxílio de empresas – e, também, de Organizações da Sociedade Civil –, conforme exemplificado nos relatórios analisados.

Para que isso se concretize e seja mensurável, os relatórios de sustentabilidade devem ser utilizados como ferramenta de gestão, atuando de forma intrínseca a indicadores. Metas devem ser estabelecidas, possibilitando assim, a efetiva incorporação dos ODS. Afinal, a simples publicação dos relatórios, desconsiderando o avanço das metas ano a ano, não garante a evolução da empresa rumo ao desenvolvimento genuinamente sustentável.

iii) investigar se há entes governamentais, organizações não governamentais, startups, instituições acadêmicas e/ou outros stakeholders empenhados em fomentar práticas sustentáveis em rede com as empresas abordadas no estudo:

As parcerias são tão importantes para o alcance do desenvolvimento sustentável que foram consideradas uma dimensão dele e, ao mesmo tempo, um ODS. As empresas selecionadas para a pesquisa evidenciaram compreensão desse fator indispensável, pois a ampla maioria sinalizou ao menos uma ação ou política envolvendo outros atores.

É de se esperar que a produção acadêmica sobre sustentabilidade organizacional continue em ascensão, tanto em quantidade, quanto em qualidade, ao passo que o modelo de produção e consumo capitalista é colocado em xeque e suas contradições são expostas. Os



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

impactos das mudanças climáticas são mundiais e as empresas, na globalização, podem ser aliadas na criação de uma solidariedade que extrapole as fronteiras nacionais, orientada para o desenvolvimento sustentável.

Sendo a sustentabilidade também um fator competitivo decisivo, a aposta dessas organizações deve ser reorientada, permitindo que suas atividades não sejam danosas às pessoas e ao planeta. A necessidade de uma decidida conversão ao desenvolvimento sustentável faz-se urgente.

O relatório é uma parte importante da sustentabilidade nas corporações e deve abordar todas as partes da empresa. Entretanto, apresentá-lo anualmente não transforma a empresa em uma organização automaticamente sustentável. É necessário colocar em prática tudo que foi constatado, no que tange as melhorias e mudanças, buscando causar o menor impacto no meio ambiente e maior impacto social e econômico.

Finalmente, defende-se a padronização dos ODS como caminhos para a implementação de ações sustentáveis nas empresas e, por conseguinte, para a construção de relatórios de sustentabilidade cada vez melhores. Isso pode favorecer análises comparativas entre organizações semelhantes e, sobremaneira, a efetivação de práticas sustentáveis capazes de responder aos desafios do Século XXI.

6. AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, R. (2012). *Muito além da Economia Verde*. São Paulo: Ed. Abril.
- Almeida, J., & Premebida, A. (2014). Histórico, relevância e explorações ontológicas da questão ambiental. *Sociologias*, 17(35), 14-33. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222014000100002>
- Artaxo, P. (2014). Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? *Revista USP*, 103, 13-24. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i103p13-24>
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Boff, L. (2012). *Sustentabilidade: o que é, o que não é*. Vozes: Petrópolis, RJ.
- Bowen, H. R. (1953). *Social responsibilities of the businessman*. New York: Harper & Row.
- Brault, M. A. et al. (2020). Measuring child survival for the Millennium Development Goals in Africa: what have we learned and what more is needed to evaluate the Sustainable Development Goals?, *Global Health Action*, 13(1). <https://doi.org/10.1080/16549716.2020.1732668>
- Carson, R. (1968). *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Melhoramentos.
- Cavalcanti, C. (2010). Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. *Estudos Avançados*, 24(68), 53-67. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100007>
- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. (2016). *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. Bloco Qualitativo*. São Paulo: Sesc-CEBRAP. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/unidades/abas/6e0ab6db/a514/4d38/8b19/3f2e5ce48e92.pdf>.
- Chizzotti, A. (2005). *Pesquisa em ciências humanas e sociais* (7a ed.). São Paulo, Cortez.
- Davis, K. (1960). Can business afford to ignore social responsibilities? *California Management Review*, 2, 70-76. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781315259222/chapters/10.4324/9781315259222-10>.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

- Dias, R. (2019). *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Elkington, J. (2012). *Sustentabilidade – Canibais com garfo e faca*. São Paulo: M. Books.
- Ferreira, L. C. (2010). *O desafio das mudanças climáticas: Os casos Brasil e China*. Campinas: Paco Editorial.
- Froehlich, C. (2014). Sustentabilidade: dimensões e métodos de mensuração de resultados. *Desenvolve: Revista de Gestão do Unilasalle*, 3(2), 151-168. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/1316/1182>.
- Georgescu-Roegen, N. (2012). *O decrescimento: Entropia, ecologia e economia*. São Paulo, SP: Senac.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6a ed.). São Paulo, Atlas.
- Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (7a ed.). São Paulo, Atlas.
- Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000. Altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10165.htm.
- Machado, D. Q., & Matos, F. R. N. (2020). Reflexões sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: categorias polissêmicas. *REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 10(3), 14-26. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/771>.
- Mazon, R. Negócios sustentáveis e seus indicadores. In: Keinert, T. M. M. (Org.). *Organizações sustentáveis: utopias e inovações*. Annablume: São Paulo: Fapemig: Belo Horizonte, 2007. p. 43-64.
- McNeill, J. R. (2000). *Something new under the sun: an environmental history of the twentieth-century world*. New York, London: W. W. Norton & Company, Inc.
- McNeill, J. R., & Engelke, P. (2016). *The Great Acceleration: An environmental history of the Anthropocene since 1945*. Massachusetts: Harvard University Press.
- Meadows, D. H., Meadows, D. L., & Randers, J. (1972). *Os limites do crescimento*. São Paulo: Perspectiva.
- Melgar-Melgar, R. E., & Hall, C. A. S. (2020). Why ecological economics needs to return to its roots: The biophysical foundation of socio-economic systems. *Ecological Economics*, 169, 1-14. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106567>
- Moraes, N. R., Santos, A. R., Hamada, C. S., Ruiz, S. C. M. (2017). Responsabilidade social empresarial, dever ou ética? Conceitos, evolução e abordagens. *Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação*, 1(3), 235-256. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/4517>.
- Mozzato, A. R., & Grzybovski, D. (2011). Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, 15(4), 731-747. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4>.
- Munda, G. (1997). Environmental Economics, Ecological Economics, and the Concept of Sustainable Development. *Environmental Values*, 6(2), 213-233. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30301601>.
- Nações Unidas Brasil. (2015). *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 23 fev. 2019.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

- Nascimento, E. P. (2012). Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, 26(74), 51-64. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000100005>
- Nieuwenkamp, R. (2017). *Ever heard of SDG washing? The urgency of SDG Due Diligence*. OECD Development Matters. Disponível em: <https://oecd-development-matters.org/2017/09/25/ever-heard-of-sdg-washing-the-urgency-of-sdg-due-diligence/>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- Oliveira, T. M. V. (2001). Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. *Administração On Line*, 2(3). Disponível em: https://pesquisa-eaesf.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo_-_amostragem_ao_probabilistica_adequacao_de_situacoes_para_uso_e_limitacoes_de_amost_ras_por_conveniencia.pdf.
- Organização das Nações Unidas. (2015). *The Millennium Development Goals Report*. Disponível em: https://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20PR%20Key%20Facts%20Global.pdf. Acesso em: 03 set. 2019.
- Raworth, K. (2019). *Economia Donut: Uma alternativa ao crescimento a qualquer custo*. São Paulo: Zahar.
- Roma, J. C. (2019). Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e sua transição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Ciência e Cultura*, 71(1), 33-39. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100011&lng=en&nrm=iso.
- Romeiro, A. R. (2018). Economia ou Economia Política da Sustentabilidade. In May, P. H. (Org.). *Economia do meio ambiente: teoria e prática* (3a ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Romeiro, A. R. (2012). Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. *Estudos Avançados*, 26(74), 65-92. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000100006>
- Rosati, F., & Faria, L. G. D. (2019). Addressing the SDGs in sustainability reports: The relationship with institutional factors. *Journal of Cleaner Production*, 215, 1312-1326. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.12.107>
- Sachs, I. (2000). *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Sachs, I. (2008). *Desenvolvimento: Includente, Sustentável, Sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Sachs, J. (2015). *The Age of Sustainable Development*. New York, NY: Columbia University Press.
- The Economist. (2020). *The roots of the problem: a study names firms who buy products from areas with deforestation*. Disponível em: <https://www.economist.com/graphic-detail/2020/06/11/a-study-names-firms-who-buy-products-from-areas-with-deforestation>. Acesso em: 01 jul. 2020.
- Van Bellen, H. M. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- Veiga, J. E. (2010). *Desenvolvimento sustentável: o desafio do Século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Veiga, J. E. (2015). *Para entender o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora 34.
- WCED - World Commission on Environment and Development. (1987). *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press.